

ESPAÇO ABERTO

18 SET 1990

**Liberdade,
liberalismo****ESTADO e leis PAULI****RÔMULO MONTEIRO FILHO**

Bastasse os dicionários para reger a conduta humana e há muito se teria encontrado a paz social e a harmonia das relações pessoais, políticas e econômicas. Escritas em qualquer idioma, as palavras não perdem seu significado intrínseco.

Assim, o conceito de liberdade reflete a faculdade individual de agir segundo a própria determinação. A expressão liberalismo econômico resume a doutrina segundo a qual existe uma ordem natural para os fenômenos econômicos, a qual tende ao equilíbrio pelo livre jogo da concorrência e da não intervenção do Estado. Um pouco mais distante na seqüência do alfabeto, e talvez por isso raramente lida nos dicionários, a palavra responsabilidade resume, em seu conceito filosófico, a situação de um agente consciente dos atos que pratica voluntariamente.

Portanto, liberdade e liberalismo econômico com responsabilidade, essa é a única receita para um convívio harmônico, estável e seguro.

O cotidiano, porém, demonstra sempre o contrário. O atavismo do ser humano à força do poder e ao poder da força o leva, no mais das vezes, a excessos de liberdade e de liberalismo, passando ao largo da responsabilidade. Ele procede assim tanto na defesa dos seus próprios domínios como, o que é mais grave e constrangedor, na conquista dos domínios dos semelhantes.

O direito de greve, assegurado e ampliado pela Constituição, foi recentemente exercido com a mais absoluta liberdade e sem o menor controle ou intervenção das autoridades. Mas a ausência de responsabilidade levou o movimento a resultados catastróficos.

A ausência de responsabilidade levou greves recentes a resultados catastróficos

A liberalização econômica já começa a dar sinais de exageros. Alguns setores da produção afoitamente se lançaram a uma política de aumentos de preços, buscando alcançar, com apenas um salto, a eventual diferença de seus custos de produção. O segmento da produção de veículos automotores, especificamente, debate-se em incompreensível impasse: de um lado, a indústria de autopeças, com um invejável índice no volume de exportação em alguns dos seus setores mais importantes, o que evidencia a existência de produtos com alta qualidade e preços competitivos; de outro, as indústrias montadoras de veículos apregoando a possibilidade de importarem peças e componentes, por conseguirem no mercado externo melhor qualidade e preços significativamente mais baixos que os do mercado nacional.

Por seu turno, empolgado em reformular as arcaicas estruturas econômicas do País, o governo acena com um plano de liberalização econômica que alguns dos seus assessores pretendem implantar com uma velocidade espantosa. Devemos ser ágeis, sem dúvida, mas agilidade não é sinônimo de pressa. Agilidade é rapidez com inteligência, para se alcançar a eficiência. A pura e simples revogação de leis, como forma de desregular a economia, não levará, certamente, ao liberalismo econômico que desejamos, porque o lugar das leis revogadas será tomado por outra: a lei do mais forte — a dos mais poderosos, dos que usam o poder da força e a força do poder.

Voltemos ao dicionário, no verbete "liberdade": faculdade de cada um agir segundo a própria determinação; faculdade de praticar tudo o que não é proibido por lei.

A lei, portanto, tem de existir, até mesmo para assegurar a todos o exercício da própria liberdade. Não foi sem razão que os romanos, formuladores dos princípios dos quais emanaram os fundamentos da nossa cultura, estabeleceram o Direito como fundamento da sociedade: "Ubi societas, ibi jus". Não foi sem motivo que, ao analisar a necessidade da presença do Estado para igualar, através da lei, as desigualdades, La Cordaire registrou: "Nas relações entre o fraco e o forte, a liberdade escraviza e a lei liberta".

■ Rômulo Monteiro Filho é presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Volkswagen.